



Revista Prâksis

ISSN: 1807-1112

revistapraksis@feevale.br

Centro Universitário Feevale

Brasil

Torman, Ronalisa; De Conto Lopes, Kátia; Haupenthal, Muriel; Theise, Andrea
PSICOPEDAGOGIA E DIVERSIDADE: A EXTENSÃO POSSIBILITANDO NOVAS
TRAJETÓRIAS

Revista Prâksis, vol. 1, enero-junio, 2009, pp. 23-28

Centro Universitário Feevale

Novo Hamburgo, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=525552620005>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

PSICOPEDAGOGIA E DIVERSIDADE: A EXTENSÃO POSSIBILITANDO NOVAS TRAJETÓRIAS

Ronalisa Torman¹
Kátia De Conto Lopes²
Muriel Haupenthal³
Andrea Theise⁴

RESUMO

O presente artigo refere-se à curiosidade que nos move como extensionistas, a partir da experiência no Núcleo de Atendimento e Extensão em Psicopedagogia (NAEP). É oportuno inferir que nosso desejo investigativo é cada vez mais instigado pelos desafios impostos pela realidade, desafios estes que apontam a necessidade de compreender a diversidade vivenciada na prática psicopedagógica clínica. Portanto, torna-se urgente refletir sobre quem é o 'paciente da diversidade'.

Palavras-chave: Psicopedagogia. Diversidade. Identidade Social. Extensão.

ABSTRACT

The present article refers to the curiosity that moves us as academic extension workers from the experience at the Center of Attending and Extension in Psychopedagogy. It's opportune to infer that our investigative objective is more and more instigated by the challenges demanded by the reality, these challenges point to the necessity to understand the diversity experienced in clinical psychopedagogic practice. Therefore, it becomes urgent to think about who the "patient of diversity" is.

Keywords: Psychopedagogy. Diversity. Social Identity. Academic Extension Activity.

O Centro Universitário Feevale é uma instituição de ensino superior que, através do Instituto de Ciências Humanas, Letras e Artes, possibilitou a construção de uma clínica voltada para a realização de atendimentos psicopedagógicos.

Com este objetivo de oportunizar à comunidade um espaço que receba pacientes que apresentam dificuldades de aprendizagem, foi criado o Núcleo de Atendimento e Extensão em Psicopedagogia, NAEP, numa ação integrada entre o Curso de Psicopedagogia – Bacharelado – e o Curso de Especialização em Psicopedagogia. Ao possibilitar que o acadêmico realize estágios clínicos neste espaço e ao ofertar Seminários e Cursos de Extensão, promove-se o fortalecimento da interlocução entre a teoria e a prática, condição indispensável à formação do profissional, se constituindo assim, como um projeto de extensão inovador de inserção da Psicopedagogia.

Nesse sentido, o Núcleo constitui-se tendo por referência o compromisso ético, político e social, contribuindo com a construção de novos saberes e possibilidades educacionais integrando ensino, pesquisa e extensão.

O NAEP oferece atendimento a alunos da comunidade local e das demais cidades da região

¹Professora da Feevale. Coordenadora do Núcleo de Atendimento e Extensão em Psicopedagogia – NAEP. Mestre em Ciências Sociais Aplicadas (UNISINOS). Psicóloga. Psicopedagoga.

²Técnica Psicopedagoga do NAEP de maio de 2005 a agosto de 2008. Pedagoga - Habilitação em Orientação Educacional.

³Acadêmica do Curso de Graduação em Psicopedagogia. Funcionária do NAEP desde maio de 2008 até a data atual.

⁴Acadêmica do Curso de Graduação em Psicologia. Extensionista do NAEP de novembro de 2006 a maio de 2008.

oriundos das Redes Municipal e Estadual de Ensino, aos alunos da Escola de Educação Básica Feevale – Escola de Aplicação, a acadêmicos da Graduação e a participantes de Projetos de Extensão do Centro Universitário Feevale, contemplando distintas faixas etárias. É uma clientela que apresenta, cotidianamente, uma diversidade que está posta na sociedade, são sujeitos com suas peculiaridades inerentes a cada qual e que, devido às dificuldades de aprendizagem com as quais se deparam, procuram neste local a ressignificação do seu processo de aprendizagem. Sujeitos estes que carregam marcas que os constituem e que os afastam ou aproximam do outro.

Os atendimentos psicopedagógicos realizados contribuem, indiscutivelmente, para uma reflexão sobre os processos de ensinar-aprender, levando todos os envolvidos a repensar seu fazer diante das inúmeras inquietações suscitadas pelas diferenças.

Nesse sentido, não há como dicotomizar as abordagens clínica e institucional da Psicopedagogia, ou seja, as ações terapêutica e preventiva estão em contínua interlocução neste paradigma que se traduz como crítico e dialético.

NOVOS PARADIGMAS: UMA REFLEXÃO ACERCA DA DIVERSIDADE

A Psicopedagogia, como área de estudo e de atuação, entende o aprendente a partir da sua singularidade, vendo-o como um sujeito ímpar e único, construtor do seu conhecimento e autor da sua história. Dessa forma, tem importante tarefa diante do fenômeno da exclusão de pessoas que apresentam dificuldades para aprender.

Contudo, o processo da globalização traz consigo a idéia de que todos são iguais e, com isso, não há espaço para a singularidade, fazendo com que a diversidade seja pouco aceita, conferindo a algumas pessoas valores desiguais, discriminando os sujeitos por questões étnicas, de gênero, de classes sociais, por questões econômicas e por serem dessemelhantes do modelo “ideal”. Diferenças como a cor dos olhos, dos cabelos e a estatura, são tidas como “normais” ou comuns e, geralmente, não causam tanto estranhamento e nem estigmatizam o sujeito.

No cotidiano fala-se muito em inclusão, mas o que se vivencia é a exclusão. Espantosamente o homem contemporâneo está enraizado em conceitos e práticas tradicionais, vivendo um conflito perante o novo e o desconhecido. Segundo Barbosa:

Se precisamos aprender o novo é porque não o conhecemos; se não o conhecemos, certamente não sabemos como lidar com ele; se não sabemos lidar com a novidade, corremos o risco de ter ‘dificuldades’; se temos ‘dificuldades’, precisamos enfrentá-las; se as enfrentamos, podemos aprender. (2006, p.43).

Pensar em meninos e meninas, homens e mulheres que são atendidos no Núcleo é pensar em seres com uma identidade única e especial. Estes sujeitos que circulam pela clínica psicopedagógica representam a diversidade. Entendendo o que é diferença e diversidade, distinguimos o outro do mesmo e temos a clareza de que o diferente é o contrário do idêntico. Quando comparamos o Eu e o Outro estigmatizado⁵, na dimensão do modelo clínico, a alteralidade⁶ fica comprometida.

As sociedades humanas estabelecem meios de categorizar as pessoas através de atributos e comportamentos considerados como desejáveis, comuns ou naturais. A apresentação de tais atributos (historicamente mutáveis de uma sociedade ou um grupo social para outro) estabelece o determinado nível de proeminência ou aceitação para cada um dos seus membros. “Assim os ambientes sociais estabelecem as categorias de pessoas que têm probabilidade de serem neles encontrados” (GOFFMAN, 1988, p.11-12). Quando conhecemos uma pessoa, baseamo-nos nessas pré-concepções e as transformamos em expectativas normativas para categorizar, como denomina Goffman (1988), a “identidade social” do desconhecido. Nesse momento, ele deverá atender minimamente tais preceitos para ser aceito como um igual, caso contrário, será considerado diferente.

Muitas vezes ignoramos, inconscientemente, que fazemos tais exigências, como se só nos detivéssemos em sinais exteriores para chegar a uma classificação. Goffman (1988) afirma que as características que acreditamos que tal estranho possua compõem sua identidade social virtual. Já as categorias e os atributos que ele, na realidade, prova possuir serão chamados, segundo esse autor, de sua identidade social real.

Quando um desconhecido está diante de nós, podemos perceber que ele possui algum atributo que o torna diferente de todas as outras pessoas que se

⁵Segundo Erving Goffman, o estigma é quando um atributo causa grande efeito de desqualificação ao sujeito frente a um grupo de pertencimento;

⁶Alteralidade é entendida, conforme Erving Goffman, como a prática de colocar-se no lugar do outro, igual a mim e ao mesmo tempo diferente, o que implica compreender, aceitar e valorizar a igualdade na diferença e a diferença na igualdade.

encontram numa categoria; essa demanda classificatória, nesse momento, não inclui, mas segrega. Deixamos, portanto, de considerá-lo um sujeito comum e total, pertencente a tal grupo/categoria, reduzindo-o unicamente a uma pessoa estigmatizada socialmente. Tal atributo então torna-se uma “marca”, especialmente quando é grande seu efeito de desqualificação frente ao pertencimento àquele grupo por nós idealizado.

Tal situação constitui uma discrepância específica entre a identidade social virtual e a identidade social real. [...] Observe-se, também, que nem todos os atributos indesejáveis estão em questão, mas somente os que são incongruentes com o estereótipo que criamos para um determinado tipo de indivíduo. (GOFFMAN, 1988, p.12-13).

A palavra estigma será usada de acordo com a definição desse autor, ou seja, em referência a um atributo profundamente depreciativo que embota nossa capacidade de classificação social de outrem. Ainda, segundo Goffman (1988, p.13), “um atributo que estigmatiza alguém pode confirmar a normalidade de outrem, portanto este atributo não é, em si mesmo, nem honroso nem desonroso”. Assim, comportamentos considerados “normais” em alguns grupos sociais, serão estigmatizados em outros.

O termo *estigma* e seus sinônimos ocultam uma dupla perspectiva: assume o estigmatizado que a sua característica distintiva já é conhecida ou é imediatamente evidente ou, então, que ela não é nem conhecida pelos presentes e nem imediatamente perceptível por eles. Goffman (1988) diz que, no primeiro caso, estamos lidando com a condição do *desacreditado* e no segundo, com a do *desacreditável*. Essa é uma diferença importante, mesmo que um sujeito estigmatizado em particular tenha, provavelmente, experimentado ambas situações, pois influencia modelos possíveis de inclusão.

Em situações nas quais a estratégia privatizada de inclusão social tende a ampliar os contatos entre os sujeitos excluídos e outros segmentos sociais, pode projetar-se uma relação de solidariedade, estruturada sobre outro padrão ético e outra ordem de vínculos sociais. (LOPES, 2002, p.167).

Para Goffman (1988), podemos identificar basicamente três tipos de estigmas: em relação a aspectos físicos, a aspectos morais e à origem étnica e cultural.

Nesse processo de estigmatização, podemos identificar, por parte dos “normais”, a necessidade de uma legitimação ideológica de seu preconceito, seja

através de teorias pretensamente científicas de superioridade étnica ou cultural como através do incentivo do medo contra o diferente. Essa necessidade é ainda mais importante devido ao conceito social de “normalidade”, que só existe quando em contraposição aos estigmas dessa sociedade ou de seus subgrupos.

Se é correto afirmar que o estigma existe em função da percepção e das expectativas dos “normais”, também é correto afirmar que a percepção e o sofrimento decorrentes do “ser diferente” são bastante relativos. Enquanto algumas pessoas tentam se tornar “normais” através da supressão das suas “anormalidades”, outras fazem do seu estigma o componente central de sua identidade social, seja lançando mão de uma “vitimização” (que irá permitir uma inclusão subalterna no grupo dominante), seja através do apego militante a uma diferente tábula de valores.

Ser diferente é condição humana, pois agimos, pensamos e sentimos diferentemente uns dos outros; ocupar esse lugar nos possibilita a garantia do caráter subjetivo de nossa individualidade.

Para Deleuze (1988), a diferença se distancia da identidade, da representação e da mesmidade e, nessa direção, a diferença deveria ser vista em si mesma, por si mesma, por meio de seu próprio movimento e do processo de diferenciar. A idéia de diferença, para este autor, não remete a um sujeito, não o identifica. Não se relaciona também com a idéia do diferente, dos diferentes, porque a diferença não aponta para ninguém, mas cria o permanente movimento de diferir.

Quando a diferença é subordinada pelo sujeito pensante à identidade do conceito [...], o que desaparece é a diferença no pensamento, a diferença de pensar com o pensamento, a origem do pensar, a profunda rachadura do Eu que só o leva a pensar pensando sua própria paixão e mesmo sua própria morte na forma pura e vazia do tempo. Restaurar a diferença no pensamento é desfazer este primeiro nó que consiste em representar a diferença sob a identidade do conceito e do sujeito pensante. (DELEUZE, 1988, p.420-421).

Atualmente, na sociedade, abordam-se em demasia questões pertinentes às diferenças, preocupando-se em saber quem e como são esses diferentes, apontando-os como a fonte do problema, como algo a tolerar.

A inteligência é uma das fontes de singularidade e potência criadora. Se nós, humanos, somos criativos, é porque temos uma inteligência corporizada que, atravessada pelo desejo, pode equivocar-se e tentar outra vez. Nessa suposta carência reside sua grande potência. A inteligência não se determina nem se

especifica pelos objetos sobre os quais trabalha. Define-se a partir da possibilidade que outorga ao sujeito para pensar-se, ou seja, para conhecer suas possibilidades e até algo de seus desejos. Permite entender-se, construir-se, escolher-se como diferente entre os semelhantes. É graças à atividade intelectual que nos reconhecemos semelhantes sem ficarmos dependentes do outro, isto é, propondo nossa singularidade, nossa diferença. (FERNÁNDEZ, 2001, p.80-81).

É necessário focar o entendimento sobre como melhor compreender as diferenças que nos constituem como humanos, pois, “frente à homogeneidade do saber que restringe a diferença, a heterogeneidade do aprender que produz a diferença. Por isso, a amizade de *ler com* implica-se na amizade de *aprender com*, no se encontrar do aprender” (LARROSA, 2000, p.143). Essas diferenças podem ser identificadas a partir do olhar psicopedagógico para a pluralidade dos sujeitos que são contemplados no NAEP.

QUAL O PAPEL DA PSICOPEDAGOGIA DIANTE DA DIVERSIDADE?

Nos últimos anos, encontramos-nos frente a inúmeras mudanças, no que tange às propostas educacionais voltadas para a diversidade dos sujeitos e, conseqüentemente, das suas aprendizagens. Estas transformações refletem a necessidade de pensarmos a Educação para além de fronteiras até então delimitadas, vislumbrando a amplitude que implica *ser humano*.

Buscando a permanência no tempo, a continuidade e a estabilidade no tempo, encontrará no próprio tempo o elemento de dessemelhança, da distância e da diferença. Buscando uma identidade substancial, estável e sem falha, encontrará uma identidade narrativa, aberta e desestabilizadora. Uma identidade em movimento assegurada por uma linguagem em movimento, onde a autoconsciência surge ao se colocar em questão a autoconsciência e onde o que se é só aparece ao se colocar em questão o que se é: dialética viva e infinita de identificações e desidentificações. (LARROSA, 2000, p.40-41).

Em todas as situações de ensino-aprendizagem, existe a necessidade do ensinante confiar no aprendente, acreditando nas suas possibilidades, lançando um olhar para suas potencialidades, reconhecendo seu processo e estabelecendo, essencialmente, uma relação de respeito. Para Fernández (2001), o papel fundamental daquele que lida com o aprender é justamente o de criar uma condição

prazerosa, gerando um ambiente acolhedor à construção do saber e, conseqüentemente, à reinvenção de si mesmo.

Sabemos que cada um diferencia-se do outro, tornando a prática clínica um confronto com a diversidade. Trabalhar com as realidades dos pacientes, ou seja, com as diferenças individuais de cada um, é uma oportunidade de enriquecimento pessoal ao psicopedagogo. Respeitar a singularidade de cada ser humano é um compromisso ético de contribuir com as transformações necessárias à construção de uma sociedade mais justa e digna.

É preciso que haja um engajamento do profissional de Psicopedagogia, para que possa atender adequadamente às diferentes situações que surgirão, na maioria das vezes, de forma imprevisível. É importante que ele tenha entendimento de fatos que não fazem parte do seu contexto de vida, enfrentando o estranhamento, fazendo destes oportunidades de aprendizagem.

Dessa forma, a Psicopedagogia possibilita não somente o acesso ao conhecimento, mas propicia condições para que o sujeito construa sua cidadania.

É imprescindível reconhecer que trabalhar com a diversidade na clínica psicopedagógica é uma tarefa difícil, pois não se trata de ignorar as diferenças ou impedir o exercício da individualidade, e sim favorecer a troca, possibilitando a expressão de cada um e a participação de todos na efetivação de um coletivo calcado no conhecimento do Eu e do Outro.

Atualmente, a inclusão é tema de muitos debates nos mais variados contextos e a idéia que temos a respeito refere-se a fazer parte, inserir-se numa totalidade. Neste sentido, a inclusão, na perspectiva psicopedagógica, significa oferecer e garantir o acesso e a permanência de todos os sujeitos no atendimento clínico, proporcionando uma ressignificação no processo de ensinar e aprender. Segundo Bossa (2002, p.54):

O mundo moderno, ao postular a criança ideal, supostamente universal, acabou por realizar a negação das diferenças e, conseqüentemente, da subjetividade de toda criança que não conseguisse responder a esse ideal. Ao mesmo tempo que promoveu a segregação, mascarou a divisão existente no seio da própria infância. De um lado, crianças supostamente ideais, postas na condição de puro objeto do desejo parental e social; de outro, ‘crianças-problema’ que insistem em existir e apontar a ilusão do mundo ideal criado onipotentemente pelo homem moderno.

Dessa forma, o psicopedagogo necessita perceber-se como agente da mudança, capaz de se indispor frente

ao comportamento discriminatório, pois o sujeito estigmatizado pela sociedade pode sentir-se *atrapado*⁷, prejudicando a construção sadia da sua história, apresentando, desta maneira, fraturas em sua aprendizagem.

Para evitar que isso aconteça, o psicopedagogo deve estar atento ao seu paciente, ao planejamento de seus atendimentos, aos recursos que utiliza para realizar o diagnóstico e as intervenções, garantindo que todos os pacientes se sintam incluídos.

Haja vista a formação inicial ser apenas o ponto de partida para o desenvolvimento deste profissional, a formação continuada surge como uma ferramenta que torna possível a discussão de novas abordagens teórico-práticas que colaborem com o cenário atual.

Com o objetivo de trabalhar com os processos de aprendizagem e acolhendo as novas demandas, cabe a esse profissional uma parcela significativa na responsabilidade de possibilitar a todos o direito à diversidade. Desta forma, para pensarmos a qualificação do psicopedagogo, é fato a afirmação de que, a cada dia, ela se faz mais necessária, para subsidiar a prática clínica na perspectiva da inclusão de todas e quaisquer diferenças. Esta é uma tendência inegável que vem ganhando espaço em inúmeras instituições onde o fazer psicopedagógico visa a contribuir para a discussão da pluralidade.

Vivenciar processos de aprendizagem associando afeto e emoção no agir/fazer constrói pontes à autoria de pensamento [...]. É de grande valia referendar a imensa necessidade de criar perspectivas que ampliem as potencialidades presentes em cada um de nós, sujeitos cognoscentes e sempre desejosos de aprender. Neste movimento, o que precisamos sempre é de estarmos abertos aos novos olhares sobre o aprender, percebendo as limitações, mas colocando-as em um outro ponto de destaque, ou seja, sabendo que limites podem ser superados, desde que o desejo assim queira. Construir processos permanentes de promoção e elaboração de autoria de pensamento, [...] é desafio para que, efetivamente, aconteçam processos superiores de inclusão. (BEUCLAIR, 2004, p.07).

NAEP: UM ESPAÇO DE (RE)CONSTRUÇÃO DA PRÁTICA PSICOPEDAGÓGICA E INCLUSIVA

No NAEP, a partir de discussões realizadas, de supervisões em que se partilhava a prática psicopedagógica, instaurou-se o comprometimento com esse espaço de socialização de saberes, dada sua relevância e por constituir, a partir da resignificação da

construção do conhecimento, uma possibilidade, uma via de realização da inclusão escolar.

A grande questão que perpassava a todos que faziam parte da equipe era: “como promover práticas psicopedagógicas e inclusivas que suscitassem desejo no outro e que, por sua vez, desvelassem o prazer de aprender?”.

Nas reuniões promovidas pela coordenadora, com a psicopedagoga contratada para atender no Núcleo, com os estagiários do Curso de Graduação e de Especialização em Psicopedagogia, com os estagiários voluntários que realizavam atendimento e com os acadêmicos extensionistas, residia uma preocupação básica em relação à pergunta acima referida: não assumir uma postura de indicar um caminho para a realização do atendimento psicopedagógico com sujeitos “diferentes”. Ao contrário, entendíamos ser o Núcleo um lugar de troca e de escuta das inquietações que tais sujeitos provocavam na equipe. Estávamos, assim, somando experiências, resultados e conquistas num campo em que nossas práticas faziam fronteiras bastante tênues.

As dúvidas inicialmente trazidas por todos aqueles que estavam realizando atendimentos psicopedagógicos resumiam-se em saber sobre a pertinência dos dados contidos nos encaminhamentos recebidos pelo NAEP, a terminologia neles empregada e as hipóteses diagnósticas possíveis, bem como buscar orientações sobre como lidar com aqueles sujeitos especificamente. Por trás do discurso aparente, descobríamos juntos que existia um conteúdo latente que dizia respeito não somente aos pacientes e as suas respectivas famílias, mas às questões subjetivas de todos que ali exerciam atividade clínica, que englobavam, na realidade, as próprias dificuldades e angústias daqueles que se defrontavam com algum tipo de estranhamento.

A ousadia, a inovação e principalmente o desafio assustavam a todos que buscavam constantemente fugir da visão de que para um ‘caminhante não existe caminho, se faz o caminho andando’. E este caminho, que não determina o trajeto, que não mostra os resultados antecipados, é um caminho que assusta e gera insegurança, mas, indiscutivelmente, é o caminho da descoberta e, portanto, do conhecimento prazeroso e real. (CORNELSEN, 2006, p.195-196).

Os fatores que mais mobilizavam a todos que atendiam no Núcleo de Atendimento e Extensão em Psicopedagogia eram da ordem do desconhecido, os que fugiam à regra, os que não cabiam na normatização da língua e da aprendizagem, os que não eram

⁷Segundo Alicia Fernández (1991) a libertação da inteligência aprisionada (*atrapada*), somente poderá dar-se através do encontro com o perdido prazer de aprender.

esperados. Aspectos estes que muitas vezes acabavam aprisionando o sujeito, imobilizando-o pelo estigma de um diagnóstico, podendo levar a sociedade a excluí-lo devido ao simbolismo que este tende a lhe conferir. Sendo assim, há uma grande responsabilidade por parte do psicopedagogo no decorrer da elaboração do diagnóstico, pois, quando ele se torna um instrumento reducionista, pode atuar como limitador das possibilidades do paciente.

A Psicopedagogia Clínica, com seu olhar diferenciado sobre o sujeito, tem o intuito de conduzi-lo e libertá-lo de possíveis amarras que lhe tenham sido impostas, resgatando seu prazer de conhecer e aprender.

Durante a convivência entre todos, surgiam dificuldades, mas sempre houve desejo e o empenho para superá-las, como a adaptação do espaço físico para melhor acolher os pacientes e a compreensão de que é o convívio com as diferenças que torna possível a ressignificação das nossas construções subjetivas. Sendo assim, o NAEP constitui-se como um valioso espaço de trocas, que se dá pela diversidade que permeia toda a prática psicopedagógica clínica.

A escolha por debruçar-se sobre um tema tão atual, envolvente e polêmico, A DIVERSIDADE VIVENCIADA NA PRÁTICA PSICOPEDAGÓGICA, teve a intenção primeira de mostrar o que vem sendo pensado e discutido através da prática cotidiana realizada no NAEP. Não há pretensão de garantir que todo psicopedagogo, ao término do processo, se torne um instrumento de inclusão, mas que ele possa lançar ao paciente um olhar que atravessasse as supostas limitações, reconhecendo nele um sujeito com singularidades e especificidades e, que, acima de tudo, como profissional, consiga reconhecer em si as questões que perpassam a relação com o outro.

O primeiro desses aspectos diz respeito ao fato de sabermos que inevitavelmente somos, todos, diferentes. Isso produz em nossas consciências, - e de um modo fantástico-, uma imensa clareza da diversidade de características presentes em nossa espécie, ou seja, é impossível que um único sujeito de nossa espécie possua todas as potencialidades humanas em si mesmo: somos todos limitados, visto que podemos fazer muita coisa, mas não podemos tudo fazer. (BEUCLAIR, 2008, p.04).

Esse não se trata de um movimento fácil, certamente habitar os espaços conhecidos permite uma falsa segurança. Contudo, é mais sedutor e sadio o desejo de aventurar-se. E eis que aqui faz-se possível estabelecer um belo paralelo entre a Psicopedagogia e a diversidade: o desejo de conhecer nasce deste descontentamento com a "paisagem da janela" e requer coragem para se deparar com o novo e apropriar-se dele.

A liberdade que a lição dá é a liberdade de tomar a palavra. Por isso, a ação do texto é o texto por vir: a palavra do por-vir. Em virtude de nossa dis-posição no que vem se dizendo ou no que se dizendo vem, estamos abertos ao por-vir do dizer. Por isso, o tomar a palavra é a ruptura do dito e a transgressão do dizer enquanto limitado e institucionalizado, enquanto dito como está mandado. Somente a ruptura do já dito e do dizer como está mandado faz com que a linguagem fale, deixa-nos falar, deixa-nos pronunciar nossa própria palavra. (LARROSA, 2000, p.145).

REFERÊNCIAS

- BARBOSA, Laura, Monte Serrat. O papel da psicopedagogia no processo de inclusão e de exclusão escolar. In: **Aprendendo a incluir e incluindo para aprender**. PAROLIN, Isabel (org.). São José dos Campos. Editora Pulso: 2006.
- BEAUCLAIR, João. Ensinantes do presente, Inclusão, Aprendizagem e Novos Paradigmas: ensaio de um pequeno (e possível) roteiro de reflexões. Disponível em: <http://www.profoaobeauclair.net/livros.php>. Acesso em: junho de 2008.
- BOSSA, Nadia Aparecida. **Fracasso escolar: um olhar psicopedagógico**. Porto Alegre: Artmed, 2002.
- CORNELSEN, Sandra. A não exclusão como projeto político pedagógico da escola Terra Firme, tendo como facilitador a Psicomotricidade Relacional. In: **Aprendendo a incluir e incluindo para aprender**. PAROLIN, Isabel (org.). São José dos Campos: Editora Pulso, 2006.
- DELEUZE, Gilles. **Diferença e repetição**. Rio de Janeiro: Graal, 1988.
- DENS, A. La Educación Especial una visión sobre la integración y la inclusión desde un enfoque pedagógico. In: MASINI, Elcie F. S. Avaliação; Inclusão; Promoção automática; Exclusão. **Revista da Associação Brasileira de Psicopedagogia**. São Paulo, v.19, n.55, 2001.
- FERNÁNDEZ, Alicia. **A inteligência aprisionada**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1991.
- _____. **O saber em jogo**. A Psicopedagogia propiciando autorias de pensamento. Porto Alegre: ARTMED, 2001.
- GOFFMAN, Erving. **Estigma, notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Rio de Janeiro: LTC, 1988.
- LARROSA, Jorge. **Pedagogia Profana: danças, piruetas e mascaradas/3**. ed. Tradução de Alfredo Veiga-Neto. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.
- LOPES, José Rogério. **Serviço social & Sociedade**. Pobreza, subjetividade e cidadania, São Paulo, v. 23 n.º 70, p.160-172, jul. 2002.